V - quantidade de estudantes com matrículas ativas nas modalidades SOME e Centro de Mídias;

VI - per capita para atendimento de suplementação da alimentação escolar para localidades de atendimento centralizado;

V - valor para aquisição de botijão de gás para escolas de atendimento centralizado;

VI - valor para execução de projetos de educação ambiental.

Art. 5º Os repasses financeiros do Programa Dinheiro na Escola Paraense, independentemente do subprograma, serão efetuados por meio de transferência direta, mediante crédito do valor de repasse em conta bancária aberta, especificamente, para essa finalidade, apenas para os Conselhos Escolares que estejam:

I - com a prestação de contas regular ou quando houver documento comprobatório de adoção das providências cabíveis para apurar os fatos e sancionar os responsáveis, em conformidade com o artigo 15 do Decreto nº 3.230, de 2023.

Art. 6º Os recursos do Programa Dinheiro na Escola Paraense serão transferidos anualmente, podendo haver vários repasses no ano, para cobertura de despesas de custeio e capital, devendo ser empregados em ações voltadas à manutenção e desenvolvimento do ensino nas unidades escolares. §1º Fica vedada a alteração da divisão dos recursos entre custeio e capital, após a entrega do PAF e efetivação do repasse.

§2º Em casos excepcionais, poderão ser realizados repasses para atender situações de emergência ou projetos implantados pela Unidade Executora, desde que devidamente justificados e aprovados pela SEDUC, com preenchimento de PAF específico.

Art. 7º Os valores de repasse para cada Unidade Executora serão calculados e atualizados anualmente, em atenção aos critérios previstos no artigo 5º do Decreto nº 3.230, de 2023, por meio de ato específico do Secretário de Estado da Educação.

Art. 8º Os recursos transferidos a expensas do Programa Dinheiro na Escola Paraense serão creditados em conta bancária específica da Unidade Executora, aberta no Banco do Estado do Pará S/A.

Parágrafo único. Os repasses financeiros ocorrerão em conformidade com a disponibilidade orçamentária-financeira da SEDUC.

Art. 9º A execução dos recursos deverá ocorrer até o dia 31 de dezembro de cada ano, devendo o saldo ser reprogramado para exercício financeiro subsequente, obedecendo às categorias econômicas dos recursos recebidos.

Parágrafo único. Os recursos que constem nas contas das Unidades Executoras em 31 de dezembro deverão ser reprogramados, mediante apresentação de justificativa na prestação de contas, visando à aplicação exclusiva no exercício seguinte, para os mesmos fins.

Art. 10 Os recursos do Programa Dinheiro na Escola Paraense, enquanto não utilizados na sua finalidade, deverão ser aplicados em caderneta de poupança, em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública.

Parágrafo único. Os rendimentos das aplicações citadas no caput deverão ser, obrigatoriamente, computados a crédito da conta em que foi realizado o repasse e aplicados nas finalidades do programa, ficando sujeitos às condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Art. 11 É vedada a utilização dos recursos do Programa Dinheiro na Escola Paraense em:

I - gastos com pessoal, especialmente salários e encargos sociais decorrentes de vínculo regido pela Consolidação das Leis do Trabalho;

II - pagamento, a qualquer título, a:

a) agente público por serviços prestados, inclusive por consultoria, assistência técnica ou serviços semelhantes;

b) empresas que tenham em seu quadro societário servidor público civil, militar ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, inclusive por consultoria, assistência técnica ou serviços semelhantes;

c) despesas de manutenção predial como aluguel e tarifas de telefone, energia elétrica, água e esgoto;

d) despesa de caráter assistencialista.

III - cobertura de despesas com tarifas bancárias;

IV - dispêndios com tributos federais, distritais, estaduais e municipais quando não incidentes sobre os bens adquiridos ou produzidos ou sobre os serviços contratados para a consecução dos objetivos do Programa Dinheiro na Escola Paraense;

V - despesas com passagens e diárias; e

VI - combustíveis e materiais para manutenção de veículos, salvo a exceção prevista no inciso VIII do art. 2º do Decreto nº 3.230, de 2023.

CAPÍTULO II

SUBPROGRAMAS INFRAESTRUTURA FÍSICA E MANUTENÇÃO

Art. 12 Os Subprogramas Infraestrutura Física e Manutenção tem como objetivo a contratação de prestação de serviços de pequenas obras, reformas e manutenção da infraestrutura física das unidades escolares.

Parágrafo único. A contratação de prestação de serviços de pequenas obras, reformas e manutenção da infraestrutura física das unidades escolares deverá ser pontual, por serviço efetivamente executado, não sendo admitido o pagamento contínuo.

Art. 13 A SEDUC, por intermédio da Secretaria Adjunta de Infraestrutura (SAI), disponibilizará manual de execução, cuja observância de seu inteiro teor deverá ser obrigatória pela Unidade Executora, anteriormente à contratação de serviços e, em seguida, pelo contratado.

§ 1º. Caso seja necessário executar outros serviços não previstos no referido manual, a Unidade Executora encaminhará solicitação via PAF, devidamente justificada, para análise e autorização da SEDUC, por intermédio da Secretaria Adjunta de Infraestrutura (SAI), a qual irá avaliar a viabilidade e pertinência da solicitação.

§ 2º Quando demandada pela SEDUC, a Fundação de Apoio para o Desen-

volvimento da Educação Paraense (FADEP) irá fornecer material orientativo e prestar apoio técnico às unidades escolares.

Art. 14 A SEDUC, por intermédio da Secretaria Adjunta de Infraestrutura (SAI), poderá solicitar apoio da FADEP e/ou terceirizado contratado, a fim de atestar o cumprimento dos requisitos de segurança estabelecidos em normas técnicas e legais.

Art. 15 Para os imóveis alugados ou cedidos, fica autorizada a realização de pequenos reparos e manutenção, necessários para a utilização do imóvel, mas que não lhe agreguem valor, sendo necessário o preenchimento e a aprovação do PAF.

CAPÍTULO III

SUBPROGRAMA CLIMATIZAÇÃO

Art. 16 O subprograma climatização tem como objetivo a aquisição, instalação e manutenção de equipamentos de climatização nas escolas da rede estadual de ensino.

Art. 17 Para fins de repasse de recursos, a SEDUC priorizará o atendimento das unidades escolares que possuam parâmetros de conforto térmico inadequados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas e sejam localizadas em regiões e áreas mais quentes do Estado.

§ 1º Para análise das condições de conforto térmico, a Secretária Adjunta de Infraestrutura (SAI) analisará o enquadramento da unidade escolar observando os seguintes critérios:

I - parâmetros de conforto térmico estabelecidos pela NBR 16401-2 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2008);

II - zoneamento bioclimático brasileiro estabelecidos pela NBR 15220-3 (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2005);

III - temperatura máxima e média do Estado do Pará: dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE – Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos – Estações;

IV - número de alunos e/ou algum indicador pedagógico.

§ 2º Além da análise de conforto térmico prevista no inciso I do §1º deste artigo, a SAI priorizará o atendimento das unidades escolares que estejam com a infraestrutura apta para instalação dos equipamentos ou que tenham intervenção para adequação da rede elétrica planejada ou em execução, por uma das seguintes alternativas:

I - pela SEDUC;

II - pela FADEP;

III - pelo Município, por intermédio de Convênio vigente.

Art. 18 A instalação de novos equipamentos e a manutenção dos equipamentos de climatização já existentes de que trata esta Instrução Normativa deverá ser pontual, por serviço efetivamente executado, não sendo admitido o pagamento contínuo.

Art. 19 A aquisição e a instalação dos equipamentos de climatização deverá ser realizada pela Unidade Executora somente após emissão de laudo de vistoria de conformidade, que deve ser emitido por engenheiro, verificando a conformidade da rede elétrica atual da unidade escolar com o projeto de elétrica aprovado.

§ 1º O laudo de vistoria a que se refere o caput deste artigo poderá ser emitido por engenheiro efetivo ou contratado temporariamente da SAI e/ou a FADEP e/ou da Diretoria Regional de Ensino e/ou contratado pontualmente pela Unidade Executora e/ou pela Prefeitura.

§ 2º O engenheiro responsável pela vistoria e emissão de laudo prévio deverá possuir registro válido e regular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

§ 3º A aquisição e/ou instalação de equipamentos de climatização, sem a prévia manifestação e autorização de engenheiro, acarretará na reprovação da prestação de contas, ainda que os recursos tenham sido utilizados para este fim, bem como poderá ensejar processo de apuração de responsabilidade.

§ 4º A SEDUC, por intermédio da SAI, disponibilizará manual de execução, contendo as especificações técnicas dos equipamentos de climatização a serem adquiridos, cuja observância de seu inteiro teor é obrigatória pela Unidade Executora e pelo contratado.

Art. 20 Nos casos em que o prédio da unidade escolar for decorrente de contrato de aluguel ou cessão, a aquisição e instalação dos equipamentos de climatização ocorrerá após avaliação e manifestação da SEDUC.

CAPÍTULO IV

SUBPROGRAMA EQUIPAMENTOS PEDAGÓGICOS, TECNOLÓGICOS E DE SEGURANÇA

Art. 21 O subprograma equipamentos pedagógico, tecnológico e de segurança tem por objetivo garantir a aquisição de equipamentos para subsidiar a execução de ações previstas nos subprogramas de infraestrutura e pedagógico.

Art. 22 A aquisição dos itens poderá contemplar os equipamentos previstos no manual de execução a ser publicado no portal da SEDUC, bem como deverá observar as demais diretrizes e normativos que tratam da matéria. Parágrafo único. Caso seja necessário a aquisição de equipamentos não previstos no referido manual, a Unidade Executora deverá encaminhar solicitação via PAF, devidamente justificada, para análise e autorização da SEDUC, por intermédio da Secretaria Adjunta de Educação Básica - SAEB, a qual irá avaliar a viabilidade e pertinência da solicitação.

Art. 23 Fica autorizado a aquisição de 01 (um) certificado digital por Conselho Escolar, que deverá ficar vinculado ao Presidente do Conselho Escolar. Parágrafo único. No caso de impedimento do Presidente do Conselho Escolar, fica autorizada a aquisição de certificado digital em nome do novo Presidente substituto.

Art. 24 Quando houver a aquisição de certificado digital, a Unidade Executora deverá incluir na prestação de contas a demonstração do efetivo gasto, em conformidade com a legislação que rege a matéria.